

ENVELHECIMENTO E ACESSIBILIDADE URBANA: ESPAÇOS AO REDOR DE UM CONJUNTO HABITACIONAL PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA

Vania Aparecida Gurian Varoto¹
Luzia Cristina Antoniossi Monteiro²
Ingrid Bernardinelli³

Data de recebimento: 04/09/2018

Data de aceite: 15/08/2019

Resumo

O envelhecimento populacional é um fato. A relação deste fenômeno e seus desdobramentos sociais fortalece a necessidade de rever a acessibilidade nos espaços de uso individual e coletivo. Este estudo verificou na área de Unidade de Vizinhança-UV, ao entorno de um conjunto habitacional para idosos do interior paulista, as condições referentes à acessibilidade urbana. Caracteriza-se por um estudo exploratório, descritivo e observacional baseado nos pressupostos do método qualitativo de investigação e análise de conteúdo temático. Roteiro de campo e registro fotográfico foi usado na coleta. As barreiras físicas foram identificadas: inadequação de calçadas, ruas e ponto de embarque e desembarque de transporte coletivo, onde a ausência de acessibilidade está presente. Verificam-se nessas barreiras condições precárias de cuidado, buracos, rachaduras, desnivelamento, e vegetação que ocupam áreas destinadas ao trânsito de pedestres. Os resultados apresentados aos gestores regionais produziram melhorias em algumas calçadas: pavimento e nivelção, assim como, colocação de algumas rampas de acesso. O ambiente quando acessível e planejado pode facilitar a independência das pessoas. Também favorece a independência e a autonomia. Por outro lado, a inexistência ou fragilidade de acessibilidade nos espaços urbano e individual pode interferir negativamente na qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave: Gerontologia, Acessibilidade, Idoso, Desenvolvimento Regional.

AGING AND URBAN ACCESSIBILITY: SPACES AROUND A LOW INCOME ELDERLY COMPLEX

Abstract

¹ Professora Associada do Departamento de Gerontologia, com graduação em Terapia Ocupacional, especialização em Saúde Coletiva e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: vaniav@ufscar.br

² Doutora em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora adjunta do Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: cristinaantoniossi4@gmail.com

³ Mestranda do programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (DEP) pela Universidade Federal de São Carlos e Bacharel em Gerontologia pela UFSCar. E-mail: ingrid_bernardinelli@hotmail.com

Population aging is a fact. The relation of this phenomenon and its social unfolding strengthens the need to review accessibility in the spaces of individual and collective use. This study verified the conditions related to urban accessibility in the area of the Neighborhood Unit-UV, in the surroundings of a housing complex for the elderly in the interior of São Paulo. It is characterized by an exploratory, descriptive and observational study based on the assumptions of the qualitative method of investigation and analysis of thematic content. Field map and photographic record was used in the collection. Physical barriers were identified: inadequate sidewalks, streets and boarding and landing of public transport, where the accessibility is not present. Precarious conditions of care, holes, cracks, anomaly and vegetation occupy areas destined for pedestrian traffic. The results presented to the regional managers produced improvements in some sidewalks: pavement and leveling, as well as, placement of some access ramps. The environment when accessible and planned can facilitate the independence of people. It also favors independence and autonomy. On the other hand, the inexistence or fragility of accessibility in the urban and individual spaces can negatively interfere in the quality of life of the people.

Keywords: Gerontology, Accessibility, Elderly, Regional Development.

Introdução

O mundo e o Brasil se deparam com o fenômeno demográfico: o envelhecimento populacional. O processo de envelhecimento engloba a mudança na estrutura etária da população que resulta em uma maior proporção de idosos em relação a outros conjuntos da população (CAMARANO e KANSO, 2011).

A transição demográfica ocorreu inicialmente nos países desenvolvidos, mas nas últimas décadas, os países em desenvolvimento enfrentam este cenário de crescimento populacional de forma mais acentuada; e demandas ampliadas em diferentes âmbitos: na saúde, social, econômico, ambiental e nos espaços urbanos (IBGE, 2014 e 2015; WHO, 2014).

Projeções indicam que entre os anos de 2000 e 2050 a população com mais de 60 anos duplicará, passando de 11% para 22%. Existe mais de 20 milhões de brasileiros com idade superior a 60 anos, o que corresponde próximo a 11% da população. Este percentual é mais que o dobro considerando os últimos 40 anos e em número absoluto esta população aumentou mais que quatro vezes (IBGE, 2014, 2012 e 2010).

Fatores responsáveis pelo envelhecimento populacional e seu crescente aumento mundial são discutidos, em especial, referenciados pela diminuição da taxa de fecundidade e declínio na taxa de mortalidade infantil nas últimas décadas, que favorecem para um aumento na expectativa de vida (WHO, 2014).

O crescimento no número de pessoas idosas e movimentos em prol de uma velhice bem-sucedida impulsionam reflexões sobre aspectos do envelhecimento individual e do coletivo. A dimensão social da velhice tem tido destaque em muitas discussões. A consideração acerca de uma velhice bem-sucedida e de sua qualidade integram as dimensões do bio-psico-social, como entre outros, o ambiental (WHO, 2014; MINAYO, 2012; CAMARANO e KANSO, 2011; MENDES, 2005).

A heterogeneidade do envelhecimento observa elementos de mudanças na estrutura tradicional familiar com destaque no aumento da imigração rural para as áreas urbanas e a gestão familiar integrada à modernidade. Observa-se frente a essas alterações a necessidade de dimensionar fisicamente e funcionalmente as moradias e ambiente urbano uma vez que a área urbana ganha demandas e dimensões diferentes frente a uma população envelhecida (WHO, 2014; MINAYO, 2012; DEBERT e SIMÕES, 2011; IBGE, 2011).

As moradias de pessoas idosas que residem sozinhas, em centros urbanos, e de gênero mulheres tem destaque nas últimas décadas. Esta realidade pode ser explicada em virtude de maior longevidade entre as mulheres, maior tempo de viuvez, assim como, novas organizações da vida familiar e de interesses pessoais (IBGE, 2012 e 2011; MINAYO, 2012; CAMARANO e KANSO, 2011).

Da mesma forma que o perfil feminino é predominante na população idosa, observam-se também taxas mais alta em relação à vulnerabilidade social. A pobreza e o baixo suporte financeiro são componentes neste perfil. Também os fatores relacionados ao baixo nível de escolaridade, dependência financeira em relação aos cônjuges, e do papel social atribuído a essas mulheres (cuidadoras do lar e da

família) fortalecem índices de vulnerabilidade, destaques das últimas décadas (IBGE, 2012 e 2011; MINAYO, 2012; CAMARANO e KANSO, 2011).

O envelhecimento populacional e suas diversas mudanças ao longo dos tempos retratam dimensões de cuidado que vão além do âmbito da saúde física, mas que certamente contribuem para a construção da saúde humana. Trata-se de um processo contínuo em que o ambiente em que se vive é de extrema importância nessa composição, visando o equilíbrio em todas as variáveis que compõem a vida humana (MINAYO, 2012; BOFF, 1999).

O cuidado à vida, e ao ambiente em que ela habita, relaciona ao longo dos ciclos de vida (infância à velhice) significados das relações entre os espaços físicos das cidades com todos que nele usufruem. Desta forma, identificar espaços que sejam acessíveis a todos durante o envelhecer é sem dúvida disponibilizar suporte de cuidado à população (MINAYO, 2012; BOFF, 1999).

A qualidade espacial e ambiental são fatores subjetivos que assumem um importante significado no bem-estar e sobrevivência das pessoas, da população. A acessibilidade espacial está se tornando cada vez mais um tema de destaque no mundo, que se refere à possibilidade de integração entre as pessoas e os ambientes, com o intuito de promover relações sociais, encorajar a participação, além de preservar a autonomia e independência das pessoas (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2014; GUIMARÃES, DACANAL, 2006; DORNELES, 2006).

Para que ambientes e equipamentos sejam acessíveis devem atender prioritariamente as especificações do Desenho Universal, que ganha destaque na década de 90 com um grupo de pesquisadores dos Estados Unidos, na Universidade da Carolina do Norte, em uma perspectiva de arquitetura centralizada no ser humano e sua diversidade (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2014; SÃO PAULO, 2010).

As especificações do Desenho Universal estabelecem critérios e parâmetros de edificações e produtos que atendam maior número de usuários, o qual contém sete princípios, hoje mundialmente adotados. São eles: Igualitário, Adaptável, Óbvio, Conhecido, Seguro, Baixo Esforço Físico, e Abrangente (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2014; SÃO PAULO, 2010).

Muitos municípios vêm trabalhando em melhorias das condições de cuidado e de saúde da população como um todo, envolvendo mudanças nas legislações e normatizações que favoreçam esta melhoria, de acordo com as diretrizes do Desenho Universal, da NBR 9050/2004 e que trabalha a partir da definição da acessibilidade enquanto alcance e possibilidade, compreensão de como utilizar os espaços, as edificações, os mobiliários e os equipamentos favorecendo autonomia e segurança (BRASIL, 2004a,b).

A interface entre as diretrizes do Estatuto do Idoso, do Desenho Universal de Acessibilidade Urbana e de Edificações fortalecem e contribuem nesta temática, por meio de indicações ao suporte e cuidado dos espaços urbano e individual, buscando torná-los mais acessíveis e funcionais, reduzindo e/ou eliminando as barreiras arquitetônicas dos mesmos (PERRACINI, 2011; BRASIL, 2004a,b, 2003).

No entanto, com o acelerado processo de envelhecimento, e outras variáveis que integram a organização da sociedade, a efetividade das melhorias nos municípios ainda se mostra ineficiente e insatisfatória no que diz respeito à garantia dos espaços acessíveis a todos e à organização urbana de edificações (PERRACINI, 2011).

Muitos municípios buscam melhorar as condições dos espaços para que se enquadrem às diretrizes legais de acessibilidade. Neste sentido, a integração da acessibilidade nas populações envelhecidas tem se tornado um tema de destaque em muitos locais, e avanços efetivos se fazem necessários (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2014; SÃO PAULO, 2010; BRASIL, 2003).

A melhoria dos espaços edificados parece ter mais apreciação de cada organização, no sentido de oferecer possibilidades de mobilidade mais segura e dar maior autonomia. No entanto, os espaços urbanos ainda estão enfrentando desafios quanto à implementação e adaptações viáveis, uma vez que, englobam uma complexidade de gestão e de planejamento a nível muito maior em relação a uma determinada organização.

Os espaços diferenciados criados para atender um segmento da população, a exemplo, ao de moradias planejadas para pessoas idosas, também se mostram frente a desafios tão iguais quanto outros que viabilizam a melhoria do dia a dia das pessoas. Estas moradias para pessoas idosas podem contribuir enquanto estratégias de melhorias às necessidades dessas pessoas, assim como, potencializarem a garantia de direitos, tais como a moradia digna (LIMA et al, 2014; BRASIL, 2003).

Os espaços de moradia planejada para pessoas idosas viabilizam, dentre muitos objetivos eliminarem a exclusão social. Esses locais devem contemplar aspectos de edificações e acessibilidade, assim como, elementos da ambiência (MASCARENHAS e RIBEIRO FILHO, 2016; THIBAUD, 2007; HANSON e GIULIANO, 2004).

O espaço urbano ao redor das moradias planejadas agrega ser um facilitador ou não à exclusão daqueles que dela o fazem uso. Isso porque dependendo de suas condições de acesso viabilizará mais positivamente ou não a mobilidade, a segurança, a independência, e a autonomia. Também facilitará ou não o alcance a outros locais do mesmo município, e a interação entre os mesmos (MASCARENHAS e RIBEIRO FILHO, 2016; THIBAUD, 2007; HANSON e GIULIANO, 2004).

A determinação de uma área a ser estudada, baseada no conceito idealizado por Perry em 1929, denominada como Unidade de Vizinhança (UV), pode favorecer a identificação e compreensão dos espaços sob as perspectivas às barreiras físicas, das relações entre as pessoas e o próprio espaço, buscando atender as necessidades daqueles que dela usufruem. Desta forma, a UV preconiza a proximidade, no sentido de melhorar a acessibilidade entre uma comunidade e seu entorno.

O conceito UV indica os aspectos ao contorno de onde as pessoas vivem e com quem ao seu redor, a fim de aproximar as relações entre os habitantes da comunidade e os equipamentos de serviços existentes. É definida de acordo com as características: tamanho, limites, espaços públicos planejados para o encontro e para as necessidades particulares dos moradores; áreas institucionais e comércio local que deve ter um ou mais locais de comércio adequados às necessidades da população (GOROVITZ, 2008; PERRY, 1929).

Desta forma, este trabalho retrata a identificação de uma UV alocada nas proximidades de um conjunto habitacional do setor público, para idosos de baixa renda, com características de serem independentes e autônomos. Está localizado em um município do interior paulista, considerado de médio porte. Destaca-se neste trabalho verificar os elementos disponíveis da acessibilidade urbana desta área.

Método

Este trabalho está integrado à pesquisa intitulada de *Espaço urbano e moradia: perspectivas da acessibilidade e funcionalidade na velhice*, aprovada e regida por todos os princípios éticos, pelo CEP/UFSCar (N.297.793/13), e teve apoio FAPESP. Parte deste estudo caracteriza-se por um estudo exploratório, descritivo e observacional baseado nos pressupostos do método qualitativo de investigação (MINAYO, 2006; SILVA & MENEZES, 2001).

Utilizou-se como complemento o registro fotográfico e a análise baseada nos fundamentos de conteúdo temático sobre acessibilidade urbana por meio dos aspectos da unidade de vizinhança (UV) delineada anteriormente (Figura 1) (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2014; BRASIL, 2012; PERRACINI, 2011; FERREIRA; BARDIN, 2010; BRASIL, 2003 e 2004).

Figura 1 - Ilustração da área delimitada como Unidade de Vizinhança (UV) do espaço em estudo (Recanto Feliz), sendo o limite de uma área à linha férrea e a uma avenida central



Fonte: Google Maps (2015)

A coleta ocorreu no segundo semestre do ano de 2015 e baseou-se em visitas na UV determinada em dias, horários alternados da semana. Todo o conteúdo coletado foi registrado em um diário de campo, a partir dos pressupostos de acessibilidade urbana, destacando-se os ambientes: calçadas, ruas, locais públicos (praças e pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo). O recurso fotográfico

também foi utilizado. Os resultados obtidos na coleta foram analisados e agrupado no grupo denominado de barreiras físicas, e houve devolutiva do trabalho para os gestores do município.

Resultados e Discussão

A mensuração do espaço UV limitou-se entre as linhas férreas e a avenida central (**Figura 1**) composta por 10 ruas em sua área de abrangência, 99 residências, 03 espaços públicos, 02 áreas institucionais e 01 comércio local.

Na sequência a coleta iniciou com a verificação de barreiras físicas como: calçadas, terrenos incultos, espaços destinados ao lazer e equipamentos urbanos como ponto de embarque e desembarque para o uso de transporte coletivo.

As barreiras físicas são elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais que impeçam o acesso, a circulação com segurança e ferem o direito de ir e vir (BRASIL, 2004a,b). O trajeto do espaço em questão mostrou-se inacessível em diversos pontos observados, destacando: calçadas em condições precárias de cuidado, com buracos, rachaduras, desnivelamento, e vegetação que ocupam áreas destinadas ao trânsito de pedestres (**Figuras 2 e 3**).

Figuras 2 e 3 - Calçadas em condições precárias de cuidado. Rachaduras, piso desnivelado, elevada vegetação apresenta-se nesta área de circulação dos pedestres



Fonte: Produção da Pesquisa, 2015

Alguns trechos do trajeto observam-se inexistência de calçadas, ou em outros casos, construídas de forma irregular, calçadas sem pavimentação (de terra e com erosão). Essas características podem dificultar a mobilidade das pessoas, e em especial dos idosos que na sua maioria tem a mobilidade reduzida devido ao processo natural do envelhecimento e/ou a presença de patologias (MENEZES; BACHION, 2008).

Espaços sem acessibilidade necessária pode influenciar no aumento de riscos de quedas e diminuir a segurança no momento de deambulação. Pode-se de forma geral apontar que nos trechos observados, a acessibilidade é ausente e as condições gerais dos espaços mostram-se precários, como ilustrado nas figuras 2 e 3 (MENEZES; BACHION, 2008).

Itens de segurança como rampas de acessos, sinalizações adequadas, calçadas amplas, entre outros, colaboram com a prevenção de fatores negativos como as quedas em idosos e cumprem as diretrizes de espaços urbanos acessíveis. Fatores de riscos ambientais, como alguns citados anteriormente fazem parte em 20% a 58% das quedas dos idosos, os quais podem influenciar em outros desfechos negativos como fraturas, institucionalização e até mesmo a morte (OLIVEIRA, 2014).

Com o grande crescimento das cidades nas últimas décadas, o automóvel ganhou espaço de destaque na mobilidade e acessibilidade e os espaços das calçadas tornaram-se mais estreitos, precários ou inexistentes. Também se observa nos espaços das calçadas, sua maioria congestionada com outros equipamentos urbanos (paisagismo, placas de sinalização, coletores de lixo, dentre outros) (AZEVEDO, 2000; GOLD, 2003).

As indicações acima citadas em referências às calçadas, na era moderna, sinalizam a integração ampliada da mesma enquanto sua função social básica, de permitir e facilitar o direito de ir e vir dos cidadãos de forma segura. No entanto, as condições precárias e inexistentes de muitas calçadas permitem que as pessoas busquem alternativas viáveis de circulação, mas que nem sempre são as mais adequadas e seguras.

Como exemplo do conteúdo acima indicado observou-se neste estudo o uso dos pedestres na via pública de circulação dos carros, dividindo este espaço com os outros meios automobilísticos. As **Figuras 4 e 5** ilustram esta situação e registra uma cena em que a segurança dos usuários está fragilizada.

Figura 4 - Falta de calçadas em um trecho próximo ao conjunto habitacional para idosos onde se localiza o ponto de ônibus mais próximo.



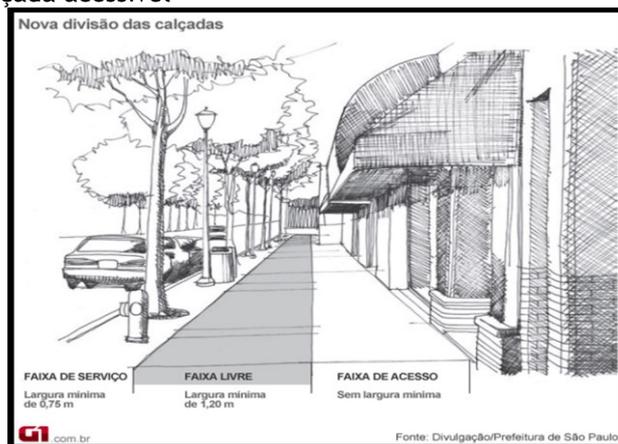
Fonte: Produção da Pesquisa, 2015

Figura 5 - Foto do mesmo trecho da figura anterior mostra falta de segurança dos moradores em trechos precários sem calçadas, tendo que dividir o espaço com a via de uso de veículos.



Fonte: Produção da Pesquisa, 2015

Uma calçada acessível (**Figura 6**) deve atender os critérios definidos pela norma técnica (NBR 9050/2004), da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em que, a largura das calçadas deve compreender a três principais faixas: faixa livre de passagem destinada ao trânsito de pedestres (posicionado ao meio das outras faixas) que deve ser livre de qualquer obstáculo que interfira nessa circulação com segurança; faixa de mobiliário e arborização, destinada ao mobiliário público e vegetação (concentrada próxima ao meio-fio) e, além disso, devido ao seu posicionamento, oferece maior segurança a faixa de pedestres; e a faixa de interferência dos imóveis que é destinada às áreas comerciais e de serviços.

Figura 6 - Ilustração de calçada acessível

Fonte: Site G1/Prefeitura de São Paulo, 2015

Entretanto encontra-se em muitos municípios calçadas precárias, estreitas ou inexistentes de acessibilidade (rampas de acessos entre outros) o que pode dificultar e aumentar o tempo de locomoção dos pedestres entre um percurso e outro (MENEZES, BACHION, 2008).

Além da irregularidade das calçadas destacadas anteriormente, outro aspecto observado como barreira física foi o ponto de embarque e desembarque, popularmente conhecido como os pontos de ônibus.

O ponto de ônibus mais próximo do conjunto habitacional para idosos estudado é aproximadamente 100 metros, porém, o trajeto até o mesmo mostra-se fragilizado de acordo com as descrições acima. A vegetação excedente que invade as calçadas, ruas e o ponto de embarque e desembarque são evidentes (**Figuras 4 e 5**).

Em relação ao ponto de embarque e desembarque verifica-se que o mesmo se encontra fora dos padrões de adequação indicados pela normatização (**Figura 7**). Observa-se a presença de banco fixo e ausência de área reservada para usuários de cadeira de rodas, assim como, ausência de acesso ao ponto de embarque e desembarque (rampas), e ausência de calçadas em alguns trechos.

Figura 7 - Ponto de embarque e desembarque de pedestres para transporte coletivo público próximo ao conjunto habitacional de idosos

Fonte: Produção da Pesquisa, 2015

Também no ponto de embarque e desembarque ausência de rampas é observada tanto no espaço de embarque quanto ao espaço para chegar ao mesmo (calçadas de acesso). Neste sentido, o acesso até o ponto de embarque e desembarque se dá por meio do uso da via de automóveis (**Figura 5**), assim como o local de espera pelo transporte público coletivo dar-se-á na mesma via impossibilitando deste transporte executar sua parada e saída adequadamente de forma segura.

Na identificação do ponto de embarque e desembarque, também se observa ausência de placa descritiva acerca do itinerário. Em relação à cobertura superior deste espaço está presente, porém as proteções laterais estão ausentes, as quais são indicadas para a contenção de chuva e vento. Além do

mais, é possível observar partes de ferrugem em sua estrutura indicando falta de manutenção do espaço (**Figura 7**).

Desta forma, pode-se concluir que o ponto de embarque e desembarque identificado neste estudo está fora dos padrões de acessibilidade, uma vez que o mesmo deveria possuir assento(s) fixo(s), e uma área reservada para cadeirantes, placas de informação de itinerário ou na programação visual que identifica a plataforma de embarque, e uma extensão de abrigo LANCHOTI et al, 2004).

Ainda em relação ao ponto de embarque e desembarque, uma distância aproximada de 15cm entre a base da plataforma de embarque/desembarque e o primeiro degrau do veículo de transporte coletivo também se faz necessária (LANCHOTI et al 2004).

Ao pensar em mobilidade urbana, os elementos destinados a marcarem o ponto de embarque e desembarque de transportes coletivos são fatores importantes para a acessibilidade. Eles podem facilitar a circulação das pessoas nas cidades, e proporcionam o deslocamento, curto ou longo, de algum ponto para o outro. Por isso, devem ser acessíveis a toda população com instalações físicas adequadas (BRASIL, 2004a,b; LANCHOTI et al 2004).

Com relação ainda a deslocamentos longos, o núcleo habitacional para idosos foi construído em uma região em que se observa afastamento em relação aos equipamentos urbanos essenciais, como Unidade Básica de Saúde (UBS), estabelecimentos de comércio (de gêneros alimentícios e outros). Mostra-se desta forma a necessidade de adaptações dos espaços e equipamentos como as calçadas e o ponto de desembarque e embarque, assim como, qualidade do meio de transporte público para tornar este percurso mais seguro e funcional.

Os equipamentos relacionados às áreas de suporte ao lazer e cultura, mostram-se também escassos na região estudada. Foi identificada uma praça pública (**Figura 8**) e duas escolas (uma unidade educacional infantil e outra de ensino técnico da modalidade de dança). Em relação à praça pública, a **Figura 8** ilustra por si só a “pobreza” das condições e de equipamentos que poderiam favorecer este espaço para um convívio comunitário.

Figura 8 - Praça no entorno do conjunto habitacional para idosos na UV estudada



Fonte: Produção da Pesquisa, 2015

Dentre as identificações de barreiras físicas, pode-se observar um número alto de terrenos baldios na UV. Muitos deles chamaram a atenção pelas suas condições de manutenção: acúmulo e local inadequado de depósito de resíduos sólidos (orgânico e reciclável), vegetação elevada e ultrapassando os limites definidos deste espaço (**Figuras 3, 4, 5**).

As condições dos terrenos baldios podem favorecer a presença e proliferação de animais peçonhentos (ratos, baratas, cobras) além de ser espaço de proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como pode também prejudicar a segurança dos moradores com o uso indevido de terceiros para uso de manipulação de substâncias químicas e acomodação de objetos de aquisição ilícita.

Fatores como os mencionados acima podem influenciar na qualidade de vida e segurança dos moradores em diferentes aspectos que englobem características biopsicossociais. Os terrenos baldios e suas condições podem gerar e proliferar doenças que se tornem problemas de saúde pública; as condições físicas das calçadas/ruas/ponto de embarque e desembarque podem desmotivar a locomoção e diminuir o

direito de ir e vir em diferentes condições (medo, insegurança em sair e sofrer quedas, dificuldade de se locomover e de utilizar o transporte público, dentre outras).

As condições acima mencionadas são exemplos que a médio e longo prazo podem contribuir com a exclusão social das pessoas idosas e acentuar níveis de dependência. Fatores como estes, podem produzir desejo por parte da pessoa idosa de mudança de localização de moradia, quando existe esta opção, ou de terem que enfrentar as situações disponíveis integradas às características pessoais frente ao processo do envelhecimento.

O conjunto habitacional envolvido neste estudo tem como moradores as pessoas idosas independentes, porém, se o ambiente ao seu entorno não proporciona segurança e elementos que favoreçam a funcionalidade, ao longo do tempo poderá contribuir a eventos negativos à vida dessas pessoas, como alteração do nível de sua independência tornando-se inviável a continuidade de sua permanência neste tipo de moradia.

Um dos aspectos de importância para a acessibilidade do local é observar condições relacionadas à manutenção, conservação do ambiente e possibilidades de modificação, como salienta Perracini (2011). Com os dados apresentados neste trabalho as pesquisadoras envolvidas apresentaram aos setores públicos envolvidos com a presença de seus gestores. O destaque foi apresentar elementos de acessibilidade adequados e os que foram encontrados neste trabalho.

A partir do movimento acima relatado houve pequenas melhorias em alguns espaços indicados, que se limitaram em melhorias de calçadas e rampas de acesso (**Figuras 9, 10 e 11**):

Figura 9: Melhoria em calçadas na UV estudada



Fonte: Produção da Pesquisa, 2016

Figuras 10 e 11 - Melhorias em calçadas e colocação de rampa de acesso



Fonte: Produção da Pesquisa, 2016

Ainda que as melhorias não observem 100% às diretrizes de acessibilidade, o movimento a mudanças foi verificado. Na observância destas condições a readequação do ambiente é um fator importante para eliminação e ou diminuição das barreiras, tanto físicas quanto atitudinais, como, por exemplo, a (re)utilização dos terrenos baldios para o uso de espaços funcionais de moradias ou de espaços de lazer; assim como, a adequação da praça que poderia favorecer e estimular elementos de socialização.

A benfeitoria acima mencionada foi alcançada por meio dos resultados desta pesquisa, e o uso de um Termo de Ajustamento de Conduta- TAC, aplicado pelo Ministério Público. O TAC tem como função a

tomada de um dano causador uma ação beneficente para um grupo de pessoas, sendo neste caso, os moradores deste conjunto habitacional para idosos e conseqüentemente para os moradores da região.

Conclusão

As cidades e seus espaços urbanos são concebidos em uma dinâmica coletiva de construção em constante processo de mudanças e adaptações em decorrências dos avanços em diferentes áreas do conhecimento e frente às novas demandas (VASCONCELLOS, 2012).

O envelhecimento é um processo natural e esperado no ciclo da vida que vêm aumentando nos últimos anos. Ele impulsiona para mudanças e novas adaptações em diversos aspectos, dentre eles, o ambiente. Este último exerce forte influência no processo do envelhecimento, que leva em consideração a heterogeneidade e individualidade pessoal e regional, tais como biodiversidade humana, cultura, identidade, pertencimento, interação e integração social.

O planejamento das cidades ainda se faz ineficaz em relação ao aumento no número de pessoas idosas e suas demandas nos espaços. Assim como as dimensões do cuidado vêm ganhando amplitude em seus segmentos. Essa escassez de planejamento frente à acessibilidade interfere no cuidado da população e podem comprometer a ambiência e conseqüentemente podem fragilizar as relações socioespaciais.

A maioria das cidades está se adequando em relação à melhoria dos espaços quanto sua acessibilidade para todos, porém, ainda é um processo moroso. Na Unidade de Vizinhança estudada observa-se a dimensão de barreiras físicas, como ausência ou inadequação de calçadas, que podem prejudicar a mobilidade de pessoas, em especial, das idosas e interferir na sua segurança, autonomia e participação com a sociedade.

A acessibilidade das cidades deve acompanhar as demandas emergentes, e especialmente em um momento de extensão à vida e de favorecimento a funcionalidade e autonomia; a acessibilidade a todos deve ser prioridade objetivando a redução e/ou eliminação das barreiras.

Este trabalho demonstra, em uma região específica de uma cidade do interior paulista, a necessidade de ampliar estudos similares e compreender a relação entre: espaços, acessibilidade e o envelhecimento. A literatura sinaliza que a relação entre eles pode colaborar para a melhoria de vida das pessoas quando se pensa em espaços funcionais a todos.

Desta forma, a criação ou adaptação de um espaço acessível para o idoso não implica apenas em diminuir o estresse, minimizar o efeito das perdas funcionais ou compensar as incapacidades, mas também aumentar a afetividade do usuário, sua autoconfiança e, portanto, sua autoestima.

Como o envelhecimento trata de um processo natural do ciclo de vida de todos, poderia considerar o mais adequado à construção de espaços já acessíveis, buscando planejamentos em longo prazo a fim de evitar futuras modificações. Este trabalho buscou também sinalizar a necessidade em conscientizar setores e gestores regionais da importância de ambientes acessíveis em interface ao processo do envelhecimento, e na garantia de direitos.

Agradecimentos

À FAPESP pelo apoio da pesquisa no Programa de Pesquisa Regular e Iniciação Científica. Aos gestores do município em que este trabalho ocorreu.

Referências

- BAUMAN, Z. . Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2004.
- BRASIL. Lei 12587 de 03 de janeiro de 2012. Dispões sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras Providências. 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT, NBR 9050/04: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004a. Disponível em: <<http://pdfc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/norma-abnt-NBR-9050>>. Acesso em: 02 out. 2016.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Brasil Acessível. Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. 2004b. Disponível em: <www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno01.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 22 out. 2015.
- BOFF, L.. Saber cuidar ética do humano - compaixão pela terra. Editora Vozes: Petrópolis. 1999. 144p.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.. Envelhecimento da População Brasileira: Uma contribuição Demográfica. 2011. In: FREITAS, E.V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p.58-72, 2011.
- CARLETO, A.C.; CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: Um Conceito para Todos. 2014 (realização:GABRILLI, M.). Disponível em: <http://www.vereadoramargabrilli.com.br/files/universal_web.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.
- DEBERT, G. G; SIMÕES, J. A.. Envelhecimento e Velhice na Família Contemporânea. 2011. In: FREITAS, E.V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p. 1571- 78, 2011.
- DISCHINGER, M. ; BINS ELY, V. H. M.. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado. 2012.
- GOLD, P.A.. Nota técnica: Melhorando as condições de caminhada em calçadas. Perdizes. 2003.
- GUIMARÃES, S.T.L. DACANAL, C.. Arquitetura para viver. Educar para conservar: Faces da qualidade ambiental e qualidade da vida na conservação do meio ambiente . V.1, n.1. Rio Claro. 2006.
- HANSON. S.; GIULIANO. G. The Geography of Urban Transportation. The Guilford Press. 3rd Edition. New York, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000 - 2060. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- LANCHOTI, J.A. SILVEIRA, L.B.A. Construindo a cidade acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana. 1ª Ed.. Brasília: Secretária Nacional de transporte e Mobilidade Urbana. 2004.
- LIMA, J; TESTON, E.F; MARCON, S.S.. Qualidade de vida de residentes em condomínio exclusivo para idosos. Saúde Santa Maria, Vol. 40, n. 2, p.73-80, Jul./Dez., 2014 .
- MASCARENHAS, R.R.; RIBEIRO FILHO, V. Mobilidade Urbana em países desenvolvidos: Uma analogia do transporte público urbano a partir da opção rodoviária e do automóvel no Brasil. 2016. In: _____. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.20, p. 30-44, nov/2016. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n20/3.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2016.
- MENEZES, R.L; BACHION, M.M. Estudo da presença de fatores de riscos intrínsecos para quedas em idosos institucionalizados. Ciência & Saúde Coletiva. Vol.13, N.4. Rio de Janeiro. Jul/Ago, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000400017>. Acesso em: 28 Jan. 2016.
- MINAYO, M.C.S.. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. Cadernos de Saúde Pública. V.28, p. 209-9, 2012.
- MINAYO, M.C.S.. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (9ª ed). São Paulo: Hucitec. 2006.
- PERRACINI, M. R.. Planejamento e Adaptação do Ambiente para Pessoas Idosas . 2011. In: FREITAS, E.V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011. p.1311-23.
- SÃO PAULO. (Prefeitura). Desenho Universal habitação de interesse social. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>>. Acesso em 16 set. 2015.
- SILVA E. L.; MENEZES E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª Ed.. Revista atual - Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2001.
- THIBAUD, J.P. (resp. scientifique). Variations d'ambiances. Processus et modalités d'émergence des ambiances urbaines. Cresson, Grenoble, 2007, 310 p. Disponível em: <http://doc.cresson.grenoble.archi.fr/opac/doc_num.php?explnum_id=341>. Acesso em: 23 set. 2015.
- WHORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Pan American Health Organization. Health situation in the Americas: Basic indicators 2014. Folheto de indicadores. Organização Pan-Americana da Saúde. 2014.

Disponível

em:

<http://www2.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=7170%3A2012-health-situation-americas-health-indicators-2014&catid=2394%3Aregional-health-observatory-reports&Itemid=2395&lang=pt>. Acesso em 03 dez. 2015.